

DECLARAÇÃO DA PRAIA

O III Encontro do Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC-CPLP) realizou-se nos dias 20 e 21 de maio de 2021, na cidade da Praia, Cabo Verde, com a participação de representantes da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP tendo as sessões de abertura e de encerramento sido presididas por Membros do Governo de Cabo Verde e designadamente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e pelo Ministro da Família e Desenvolvimento Social respetivamente.

A III Reunião do FSC-CPLP foi subordinada ao tema «O Papel do Fórum da Sociedade Civil no reforço de parcerias para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável» e teve como principal objetivo debater a importância do seu papel de promotor na implementação de projetos no âmbito da economia sustentável e justa, dignificando a tomada de decisões pelos Governos dos Estados-membros quanto à prática dos princípios democráticos que norteiam a CPLP.

O encontro realizou-se num contexto especial, ou seja, da pandemia da COVID-19 que recentra em todos os nossos países a prioridade na emergência sanitária, económica e social. Foi assistido, via zoom pelos representantes dos países-membros da CPLP, com exceção de Timor Leste e estes reconhecem o papel do FSC-CPLP como uma plataforma representativa das organizações sociais da CPLP.

Recordando os princípios adotados na Carta de Brasília, elaborada aquando da I Reunião do FSC-CPLP, realizada em setembro de 2011 e tendo presente a aprovação dos Estatutos do Fórum da

sociedade civil da CPLP aquando da sua II Reunião que viabilizam os mecanismos de coordenação das organizações da sociedade civil e consubstanciam a sua efetiva institucionalização:

Nós as OSC-CPLP comprometemo-nos e recomendamos:

- 1 - A necessidade de se fazer valer os princípios e valores que norteiam a CPLP, enquanto uma comunidade de Estados independentes e de povos livres;
- 2 - A promoção da estabilidade e segurança nos Estados-membros, garantindo, assim, melhor qualidade de vida aos cidadãos de cada país, em particular, e de toda a comunidade em geral;
- 3 - A troca de experiências e partilha de uma agenda global de desenvolvimento, visando alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável;
- 4 - O envolvimento das OSC para que atuem em rede e contribuam para os aceleradores e para instituições e sistemas fortes, elementos essenciais do contexto facilitador da aceleração do desenvolvimento sustentável;
- 5 - Uma convergência de vontades e o empenho dos Estados-membros na busca do melhor acordo possível, no que tange à mobilidade no espaço da CPLP;
 - a) A promoção da facilitação da mobilidade do capital humano, nomeadamente de jovens no espaço da CPLP, auxiliando a qualificação e, especialmente, a sua inserção no mercado de trabalho;
 - b) - A implementação da mobilidade a nível académico, cultural, dos empresários, bem como dos cidadãos em geral;

- c) Que a Assembleia-Geral analise a pertinência e a oportunidade da criação de um Secretariado Executivo visando dinamizar o FSC-CPLP;
- 6 – A implementação de programas e mecanismos que impulsionem a mudança e acelerem o progresso e práticas assertivas das OSC;
 - 7 - O desenvolvimento de parcerias genuínas e estratégicas para que ninguém fique para trás;
 - 8 - A concertação político-diplomática entre os Estados-membros para o reforço da CPLP no cenário internacional;
 - 9 - A mobilização de recursos necessários para concretizar os compromissos assumidos a médio e longo prazo;
 - 10 – O desenvolvimento do capital humano com a aposta na educação, na massificação da formação profissional atendendo as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho, na saúde para todos e na promoção da língua portuguesa para que tenhamos quadros capazes de darem respostas aos objetivos nacionais e comunitários;
 - 11 – Um maior engajamento dos Estados-membros na promoção do trabalho digno e do acesso privilegiado ao emprego e a identificação das necessidades a ele relacionadas, bem como uma supervisão dos esforços para a criação de um ambiente favorável ao emprego;
 - 12 - O fomento do emprego digno e a transformação digital, prática de uma agricultura inteligente para que as nossas organizações participem na missão de erradicar a extrema pobreza;
 - 13 - A criação de condições para que as OSC participem e ajudem as populações na recuperação do poder de compra,

tendo em conta a situação pandémica que assola os nossos países;

- 14 - A busca de novos mecanismos de financiamento público e privado, designadamente a responsabilidade social das empresas e a participação dos Governos dos Estados-membros da CPLP;
- 15 - Que o Secretariado Executivo da CPLP defenda junto dos Estados-membros a necessidade do financiamento sustentável do FSC-CPLP;
- 16 - Que as agendas de desenvolvimento sustentável dos países que integram a CPLP reflitam compromissos para com a comunidade;
- 17 - A participação na materialização dos ODS e da Agenda 2030, através da criação de riqueza, do emprego digno, da redução da exclusão dos jovens pela via da inserção produtiva intra-Estatal e intra-comunitário;
- 18 – O reforço das políticas da promoção da saúde, nomeadamente através da educação para a saúde e da prestação de cuidados primários de saúde como condição fundamental para o desenvolvimento sanitário e dos sistemas de saúde dos Estados-membros;
- 19 – A necessidade de um engajamento, cada vez maior, dos Estados-membros na proteção e defesa dos Direitos Humanos, na luta contra a corrupção e a adoção de mecanismos mais transparentes na utilização da coisa pública;
- 20 - Maior protagonismo das Comissões Temáticas dos observadores consultivos da CPLP na monitorização e avaliação do cumprimento dos Direitos e Garantias e da

realização dos ODS e da Agenda 2030 nos Estados-membros da CPLP;

- 21 - O reforço de parcerias entre os Estados-membros da CPLP, porque, mais do que uma comunidade de Países, o que se pretende é uma comunidade de direitos e de respeito pela diversidade;
- 22 - A análise da efetividade das Leis sobre a Violência Baseada no Género no seio dos países da CPLP e adoção de medidas corretivas;
- 23 - A promoção de mecanismos políticos, económicos e sociais que promovam a igualdade de oportunidades e de género, assim como a proteção das vítimas de violências e discriminações;
- 24 - A adequação do salário mínimo às realidades económicas e sociais dos países da CPLP;
- 25 - O reforço das políticas de proteção social e de respostas mais justas e igualitárias;
- 26 - A preparação dos países e OSC para darem respostas às populações em contextos de epidemias e pandemias;
- 27 - A necessidade de identificar e implementar projetos comuns de forma a responder local e globalmente.

O III Encontro do FSC-CPLP recomenda especialmente os debates sobre a crise ambiental, as alterações climáticas, a perda da biodiversidade, o lixo marinho e a problemática do uso sustentável dos oceanos.

O III Encontro do FSC-CPLP recomenda finalmente que os Estados-membros deem a devida atenção à erradicação

sustentada do trabalho infantil, nomeadamente, neste ano dedicado a esse tema.

O III Encontro do FSC-CPLP recomenda maior engajamento desta organização (OSC) nos esforços dos Estados-membros visando o combate às emergências sanitárias, bem como a construção de resiliência.

Os participantes do III Encontro do FSC-CPLP auguram plenos sucessos a Angola na coordenação do FSC-CPLP.

Por ser verdade a presente Declaração, debatida e aprovada pelos representantes das organizações presentes no III Encontro do Fórum da Sociedade Civil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, será apresentada à Assembleia Geral do Fórum e ao Secretariado Executivo da CPLP.

Feita na cidade da Praia, Cabo Verde, aos 21 de maio de 2021.

Assinada abaixo pelo Secretariado Técnico Permanente do FSC-CPLP.

Francisco Fernandes Tavares
Presidente do Conselho Diretivo da VERDEFAM
Coordenador do Secretariado Técnico Permanente do FSC-
CPLP

António Jorge Oliveira Andrade
Médicos do Mundo
Secretariado Técnico Permanente do FSC-CPLP

Fernando Passos Cuppertino de Barros
CONASS
Secretariado Técnico Permanente do FSC-CPLP